

Breve reflexão sobre a crise, o pacote habitacional federal de 2009 e os movimentos dos sem-teto

Nathalia C. Oliveira¹

Resumo: Buscamos neste texto refletir sobre os impactos da crise mundial nos movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo, de modo a destacar as possibilidades e desafios enfrentados por eles. Centramos principalmente na análise do pacote habitacional denominado de “Minha casa, minha vida”, lançado em março de 2009, e a reação dos movimentos dos sem-teto diante disso.

Palavras-Chave: *movimentos dos sem-teto; política habitacional; crise financeira*

Abstract: The idea of this text is to promote a reflexion about the impacts of world crisis on to the homeless movements in Grande São Paulo, showing the possibilities and challenges. We focused on the analysis of the political plan of habitation, called “Minha casa, minha vida”, launched on March, 2009, and the homeless movements reaction regarding this plan.

Keywords: *homeless movements; habitation politic; economic crisis*

¹ Mestranda em Ciência Política na Universidade de Campinas (Unicamp).

1. Das hipóteses

Em nossa pesquisa de mestrado sobre os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo, trabalhamos com três hipóteses principais.

A primeira delas se refere à base social dos movimentos. Nossa hipótese é que os sem-teto seriam integrantes de uma fração da classe trabalhadora que está inserida no que denominamos de massa marginal². Defendemos isto porque os sem-teto parecem ter uma absorção pelo mercado de trabalho semelhante a dos trabalhadores marginalizados³, a saber: desempregados, subempregados, trabalhadores temporários (os chamados “bicos”, principalmente no setor de serviços) ou trabalhadores autônomos (como por exemplo, os camelôs).

A segunda hipótese está relacionada com as diferenças nas orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto. Acreditamos que apesar da reivindicação de urgência (aquisição de uma casa) dos diferentes movimentos dos sem-teto ser a mesma, esses movimentos apresentam gradações de politização e heterogeneidade em suas orientações político-ideológicas. Se assim for, os diferentes movimentos podem apresentar reivindicações e lutas distintas: desde a luta meramente reivindicativa por uma casa; passando por uma luta por políticas habitacionais para todos; até uma luta por mudanças políticas e econômicas. Também podem ser diferentes as maneiras como os movimentos enxergam os governos neoliberais, suas (não) resistências a estes e a maneira que isto ocorre.

A terceira hipótese é a de que, apesar do problema habitacional ser tão antigo quanto a urbanização e de os movimentos dos

² Segundo a definição de Nun (1978; 1972), a massa marginal é composta por aqueles trabalhadores que se encontram desempregados ou à margem do tipo de organização produtiva dominante: indústria monopolista. Para Kowarick (1975), um grupo deve ser caracterizado como marginal na medida em que encarna as “novas” relações de produção não tipicamente capitalistas (terceiro setor) e/ou as velhas formas tradicionais (artesanato e indústria domiciliar). Para ambos os autores a marginalidade é tratada no nível das relações produtivas, e não do consumo.

³ A expressão “trabalhadores marginalizados” é utilizada justamente para evidenciar que esses trabalhadores estão inseridos na massa marginal.

trabalhadores que lutam por moradia existir desde muito tempo, os movimentos dos sem-teto, em sua configuração atual, começaram a se organizar no final da década de 1980 e início de 1990. Tendo a partir daí momentos de fluxo e refluxo, de modo que no final da década de noventa acontece uma multiplicação dos sem-teto.

O contexto brasileiro que justificaria esta multiplicação se deve, no que se refere à esfera política, à vigência do regime democrático brasileiro, à iniciativa dos próprios trabalhadores e aos apoios políticos com os quais eles têm podido contar (partidos políticos, setores progressistas da Igreja Católica, ONGs e a própria relação com outros movimentos). Em relação à situação sócio-econômica, o processo de mundialização e o capitalismo dependente brasileiro na sua versão neoliberal acentuam o problema do desemprego, da queda da renda do trabalhador e da falta de políticas habitacionais efetivas que atendam às classes de baixa renda. Induz-se assim à formação de um cenário nacional de expansão do contingente de trabalhadores que não conseguem mais se sustentar e, simultaneamente, morar em casas habitáveis. Esses trabalhadores irão encontrar como estratégia de sobrevivência a organização em movimentos reivindicatórios de moradia, os movimentos dos sem-teto.

Pois bem, questionamo-nos aqui se estas hipóteses ainda se mantêm com a crise mundial atual que teve início no final de 2008. Tendemos a dizer que sim. Portanto, tentaremos refletir de que maneira poderíamos aprofundar tais hipóteses a partir do contexto da crise. Neste sentido, por exemplo, podemos pensar se os sem-teto continuam, de fato, a compor a massa marginal e se esta, por sua vez, sofre alguma modificação com a crise. Em relação à segunda hipótese, é importante refletir sobre como as orientações político-ideológicas dos diferentes movimentos podem influenciar nas suas respectivas visões sobre a atuação do governo brasileiro no combate à crise. Por fim, podemos aprofundar a terceira hipótese ao verificar se os movimentos dos sem-teto entrarão em um processo de expansão dada a conjuntura econômica atual. Procuraremos, portanto, fazer uma breve reflexão de como a crise e a resposta do governo brasileira a ela afetam os movimentos dos sem-teto.

Lembramos, no entanto, que as idéias apresentadas a seguir estão baseadas em fatos que ainda estão em curso e muita coisa está por vir, de maneira que é muito difícil para o pesquisador ter a clareza necessária para uma boa análise, muitas vezes deixando-se levar por algumas especulações.

2. Do impacto da crise sobre as classes e frações de classe sociais: o caso da massa marginal

Diante de um contexto de forte desindustrialização e altos índices de desemprego, a trajetória de consolidação da indústria brasileira iniciada em 2004-2005, devido em grande medida à acelerada taxa de investimento, foi muito comemorada e divulgada por diversos setores sociais. O cenário internacional favoreceu esta retomada do crescimento industrial, aumentando a quantidade de demanda de várias commodities (agrícolas e minerais) e muitos produtos brasileiros a serem exportados foram inflados por movimentos especulativos nas bolsas de mercadorias mundiais. O dinamismo industrial também se deveu a demanda doméstica devido às melhorias das condições de crédito. Aliás, o Brasil de 2003 a 2008, obteve um importante crescimento econômico. Até que, em setembro de 2008, os efeitos da crise mundial chegaram aqui.

A crise, inicialmente financeira, teve seu início nos Estados Unidos, a partir da crise das hipotecas *subprime*. Isso levou David Harvey (2009) a falar de crise urbana, já que a crise financeira teve sua origem na urbanização. O direito das pessoas (pobres) à cidade é constantemente subtraído na medida em que os preços das propriedades imobiliárias aumentam, isto, aliás, é uma regra do capitalismo. Muitos trabalhadores pobres contraem dívidas para poderem comprar suas casas, no entanto, a incompatibilidade entre os seus salários e o preço das prestações da casa os obrigam a tomar medidas drásticas. Para os trabalhadores norteamericanos restou a grande onda de execuções de hipotecas. Essas, por sua vez, foram “embrulhadas em estranhos instrumentos financeiros” de modo a globalizar o chamado mercado financeiro de hipotecas. Esse mercado não se mostrou seguro e assim veio a grande crise.

Com a crise há uma retração dos fluxos de crédito e de comércio internacional e a deterioração das expectativas do mercado brasileiro. Inicialmente, os setores mais atingidos pela crise internacional foram aqueles fortemente dependentes da demanda externa e do bom desempenho dos preços internacionais (*commodities* agrícolas, minerais e metálicas), assim como aqueles dependentes dos fluxos de crédito externo e doméstico para consumo: setor automobilístico, construção civil e bens de consumo duráveis. Mas, com o tempo, os setores de bens não duráveis também passam a ser atingidos (SARTI & HIRATUKA, 2009).

Os grandes grupos econômicos, num quadro de queda da demanda e escassez de crédito, acabam por ajustar o nível de emprego e de produção, despedindo muitos trabalhadores e contraindo a massa salarial e a renda de tantos outros. Isto irá afetar diretamente o mercado de trabalho brasileiro. Nas palavras de Ricardo Antunes (2009):

Na América Latina o panorama também é caustico: em seu recente Panorama Laboral para América Latina e Caribe (2008), a OIT afirmou que, se o desemprego diminuiu nos últimos cinco anos, o quadro já se alterou, uma vez que “devido à crise até 2,4 milhões de pessoas poderão entrar nas filas do desemprego regional em 2009”, somando-se aos quase 16 milhões hoje desempregados. E acrescenta: na maioria dos países houve retração salarial; as mulheres trabalhadoras têm sido mais afetadas com taxa de desemprego 1,6 vezes maior que os homens e o desemprego juvenil em 2008, em nove países latino-americanos, foi 2,2 vezes maior do que a taxa de desemprego total. A informalidade, que era exceção no passado, parece tornar-se regra.

Assim, percebemos que há um aumento dos trabalhadores desempregados e dos trabalhadores informais, os quais podem estar no que denominamos de massa marginal. Logo, a crise, como já era de se prever, expandiu ainda mais a massa marginal latino-americana.

Seguindo nossa hipótese de que os trabalhadores sem-teto pertencem à massa marginal, poderíamos dizer que há grande possibilidade desses “novos” trabalhadores marginalizados se tornarem sem-teto no contexto atual?

3. Das possibilidades e desafios colocados pela crise para os movimentos dos sem-teto

Como indicamos em outra ocasião, os movimentos dos sem-teto são compostos por famílias, ou seja, participam desses movimentos homens-pais, mulheres-mães, jovens, crianças e idosos. Neste sentido, a luta pela moradia pode ser entendida como uma luta realizada por toda a família. No entanto, a presença das mulheres nos movimentos dos sem-teto é bem expressiva, assim como a presença de jovens. Curiosamente, como vimos acima, as mulheres e os jovens são os que mais estão sendo afetados pelo desemprego. As condições objetivas estão dadas, no entanto, o elemento político deve ser mais bem analisado.

Entendemos que uma classe social se define a partir da posição dos agentes na estrutura econômica, porém só se constitui enquanto classe nos conflitos, nas lutas, no processo de mobilização política que passa pela capacidade de agregar interesses e construir solidariedades. Deve-se pensar a classe social como um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico, político, objetivo e subjetivo.

Dessa maneira, o trabalhador sem-teto se define a partir da sua condição socioeconômica desfavorável e por não possuir uma moradia. No entanto, ele só se torna “sem-teto”, de fato, devido a sua ação política, por estar participando de um movimento social que tem como reivindicação principal a conquista de uma moradia. Assim, por exemplo, os sem-teto se diferenciam da população em situação de rua.

Se a crise, com suas conseqüências desastrosas no mundo do trabalho (desemprego e redução dos salários dos trabalhadores), contribui para o aumento do número de pessoas com problemas habitacionais, isto não significa que estas pessoas irão todas lutar nos movimentos de moradia e que se tornarão sem-teto.

A crise tampouco implica necessariamente uma união entre a classe trabalhadora, a qual de fato vem arcando com vários ônus. Se a reivindicação de emergência dos trabalhadores desempregados que, até

o mês passado, se encontravam na indústria automobilística é o emprego, para os sem-teto a reivindicação principal é a moradia, e para parte dos moradores de rua (“os albergados”) a reivindicação mais importante é a construção de albergues. Com isto estamos querendo dizer que o contexto da crise não garante de antemão a união e a luta dos trabalhadores por suas necessidades emergenciais e, muito menos, coloca como inevitável uma unificação dos trabalhadores para luta pela superação do capitalismo e implantação de um outro modo de produção. Esclarecemos que não negamos a especificidade deste momento e sua potencialidade no sentido de consolidar uma maior resistência e união da classe trabalhadora. Mas é necessário cautela nas análises.

Falemos um pouco a respeito da nossa segunda hipótese sobre a heterogeneidade das orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto.

De acordo com o estudo que estamos realizando, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) parece ser um dos movimentos dos sem-teto mais politizado. Suas manifestações a respeito da crise demonstram um pouco isto. Este movimento busca uma autonomia total frente aos partidos políticos e outros movimentos e por isso não está filiado a nenhuma instituição ou organização maior. Diferentemente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, o Movimento de Moradia do Centro é filiado à União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Central de Movimentos Populares (CMP) e, além disso, possui uma grande identidade com o Partido dos Trabalhadores (PT), de modo que muitos de seus membros exercem uma dupla militância: no partido e no movimento.

Como consequência das opções políticas e ideológicas dos movimentos dos sem-teto, temos aqui dois modos de atuações distintos no contexto da crise mundial. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) mantém uma postura crítica diante não só da crise, mas das ações do governo Lula e se coloca bem desconfiado diante dos espaços democráticos de participação dos movimentos sociais. O texto a seguir expõe essas questões:

MANIFESTO POPULAR DE 28 DE MARÇO

A Todos os Trabalhadores e Trabalhadoras que como nós estão cansados de esperar.

A Todos os Governantes deste país, que há muito tempo estão nos cansando.

Hoje, o povo pobre de vários cantos do Brasil se levanta num único gesto de resistência contra as condições de vida miseráveis que nos afetam. São ações desenvolvidas por movimentos populares em nove estados do país com o objetivo de fazer valer nossos direitos e fazer ouvir nossa voz. São milhares de favelas, de cortiços, de áreas de risco em que vivemos indignamente. São milhares de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, informais ou trabalhando em situação de extrema precariedade, submetidos à grande exploração que lhe arranca o sangue, o suor e, às vezes, a lágrima.

São milhares, transportados no caos da cidade como gado, de crianças sem creche, de jovens e adultos sem educação pública com um mínimo de qualidade. Na cidade do lucro não cabe o pobre, não cabe o negro, não cabe o nordestino, não cabe a mulher, não cabem os trabalhadores e trabalhadoras que deram sua força para construí-la. Somos milhões a quem tentam privar da esperança, mas que, resistindo, mantivemos nossa dignidade. É essa dignidade que transformamos hoje em ocupações de todos os tipos, exigindo e reivindicando todos os direitos que ficaram esquecidos, mortos nas leis e que faremos reviver nas lutas do povo pobre.

O modelo neoliberal nos sufoca. O dinheiro que vai para o bolso de banqueiros e especuladores como pagamento de uma dívida impagável seria mais que suficiente para resolver os problemas de habitação, infra-estrutura urbana e serviços no país. Ao povo sobram migalhas, apresentadas num jogo de ilusões como grandes políticas públicas. Os vultuosos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

tem alegrado muito mais os empresários da construção civil e do ramo imobiliário do que o povo que necessita de moradia. Uma Política de Reforma Urbana que tenha como prioridade os interesses populares nunca foi agenda de nenhum governo e Lula apenas aprofundou este caminho, que mata pela violência, pela fome, pelo cansaço, pela enchente, pela falta de habitação, etc. O Ministério das Cidades e seus “espaços de participação”, apresentados como avanços na efetivação de uma política urbana democrática, não representaram nenhum grande passo na solução de nossos problemas. Ao contrário, reproduzem uma forma burocrática e elitista de se tratar as questões urbanas. (Disponível em www.mtst.info. Acessado em abril de 2009).

No dia 30 de março de 2009, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto realizou quatro ações simultâneas no Estado de São Paulo, dentre elas dois trançãos de rodovia e vias públicas. As ações fizeram parte da mobilização nacional contra a o desemprego e por políticas populares contra a crise. Verifica-se assim que este movimento opta por mobilizações e manifestações nas ruas, fora dos espaços institucionais.

Já o Movimento de Moradia do Centro, junto de suas “entidades-mãe” - a CMP e a UMM, busca constantemente um diálogo com o governo federal, acreditando nas oportunidades e possibilidades destes espaços para que os sem-teto possam ter voz, serem escutados e, enfim, atendidos.

Na página da União Nacional dos Movimentos de Moradia, exibem-se fotos de seus integrantes em uma discussão com alguns ministros a respeito do pacote habitacional que seria lançado.

Segue alguns trechos da notícia:

A Ministra [da Casa Civil, Dilma Russef] iniciou a reunião informando que havia realizado reuniões com os diferentes segmentos (movimentos populares, empresários e governos estaduais) para apresentar a linha das propostas sobre as medidas sobre habitação que o governo irá tomar, colher críticas e sugestões. Ainda não há um prazo para a apresentação dessas medidas.

Defendemos a priorização dos investimentos para a baixa renda, onde o déficit é maior e mais difícil de ser enfrentado. Solicitamos que se coloque claramente a distribuição dos recursos e suas fontes. Foi colocado a discordância dos movimentos na extensão do subsídio para as faixas de renda acima de cinco salários mínimos, entendendo que essa faixa pode conseguir acessar a financiamentos sem ele e que os valores individuais de subsidio acabariam por “comer” os das faixas mais baixas.

(...) A reunião já fez parte do processo de construção de uma mesa constante de negociações, coordenada pelo Ministro Luis Dulci. A Ministra Dilma disse que irá analisar as propostas e ponderações feitas na definição das medidas a serem lançadas pelo governo (...). (“Ministra Dilma e Ministro Guido Mantega debatem as medidas de habitação com movimentos”. Disponível em: www.unmp.org.br. Acessado em abril de 2009).

No dia de apresentação oficial do pacote habitacional, 25 de março de 2009, havia na platéia, diversas autoridades, políticos, representantes de empresas, construtoras, sindicatos e movimentos sociais. Dentre os representantes dos movimentos sociais, havia lideranças do Movimento de Moradia do Centro⁴.

⁴ Gegê, uma das principais lideranças do movimento, estava presente e cumprimentou com grande entusiasmo o presidente Lula, o vice-presidente e os ministros presentes.

O pacote habitacional foi muito aguardado e foi objeto de muita especulação, já que é considerado como uma medida do governo brasileiro que vem, supostamente, para combater à crise, criar empregos, aquecer o setor da construção civil e diminuir o déficit habitacional brasileiro. Mas o que significa, de fato, este pacote habitacional?

4. Do significado da intervenção estatal brasileira

Frente à crise mundial, agravada em setembro de 2008, têm-se uma grande intervenção estatal - os Estados passam a intervir diretamente no mercado financeiro e com medidas compensatórias destinadas a expandir o crédito e aumentar o financiamento ao consumo; auxiliam aos bancos privados; ampliam a massa salarial (aumento real do salário mínimo e do prazo do salário-desemprego) e melhoram as expectativas empresariais com medidas fiscais e tributárias.

No Brasil, de acordo com Sarti e Hiratuka (2009), “a medida mais contundente e eficaz tem sido a tentativa de manter ou ampliar os investimentos em áreas estratégicas (Petrobrás), em infra-estrutura básica (energia elétrica, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento) e em construção civil”.

No que se refere ao setor público, há uma redução do valor da receita tributária brasileira.

O fato pouco alentador é que a queda de arrecadação deve se alongar, em razão do baixo nível de atividade e dos incentivos fiscais usados para socorrer setores em dificuldade, como foi o caso da redução do IPI sobre os automóveis.

A redução da receita tributária é preocupante, uma vez que afeta a capacidade de gasto da União e dos governos subnacionais, prejudicados com o menor valor das transferências constitucionais (FPM e FPE). Embora o comportamento da arrecadação não seja favorável, o governo se vê diante da obrigação de agir. O tamanho da crise exige o uso da política fiscal como instrumento de sustentação da demanda agregada, seguindo o exemplo de um grande número de países ao redor do mundo (Lopreato, 2009).

Percebe-se que o governo brasileiro está agindo, mas o faz com cautela, mantendo o superávit primário e a austeridade fiscal.

Fim do neoliberalismo?

Harvey (2009) diz que não e argumenta:

Um dos princípios básicos que foram estabelecidos na década de 70 é que o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a qualquer preço. Se há um conflito entre o bem estar das instituições financeiras e o bem estar do povo, opta-se pelo bem estar das instituições financeiras.

Como já alertava diversos estudiosos do capitalismo neoliberal, é preciso ter cuidado ao definir o neoliberalismo como intervenção mínima do Estado. Mínimo em que sentido, para quem?

O que acontece no capitalismo neoliberal é uma nova forma de intervenção: grande esforço de desregulamentar o mercado de trabalho e, sempre que necessário, intervir no mercado econômico e financeiro para atender aos interesses das classes e frações de classes dominantes. E isso parece que continua acontecendo.

O governo Lula tem adotado um conjunto de medidas denominadas, segundo Gonçalves (2008), de “estratégia da linha de menor resistência”. Tais medidas contemplam: regulação da liquidez, sustentação do setor financeiro, proteção da renda do agronegócio, estímulo às construtoras, e esforços no sentido de evitar a mega desvalorização cambial. Os beneficiários diretos desta estratégia são setores dominantes no atual governo: financeiro, primário-exportador, setores de construção e imobiliário. Neste sentido, não parece haver nenhuma ruptura.

5. Minha casa, minha vida. Um milhão de casas. Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros

No que se refere às medidas para beneficiar o setor da construção civil e o que nos interessa diretamente aqui é o Pacote habitacional, *Minha casa, minha vida*, lançado em 25 de março de 2009.

De acordo com a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Russef, depois do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), nunca mais houve, no Brasil, um plano habitacional nacional. No entanto, é a partir das lições do próprio BNH que o pacote habitacional, lançado pelo governo Lula, deveria ter se espelhado para não cometer os erros do passado, isso logicamente se o governo quisesse implantar uma política habitacional de fato. Aqui está um ponto que merece ser discutido⁵.

É preciso ter claro que há uma grande diferença entre uma política habitacional de fato, que leve em conta o bem estar da população, as necessidades reais das pessoas que se encontram sem moradia. Uma política habitacional tem que ser pensada juntamente com um processo de urbanização, a questão fundiária (tão importante no caso brasileiro) e as especificidades regionais. Diferentemente disso é uma política que busca aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego e aí como consequência ter-se-ia a construção de casas que ajudaria a combater o enorme déficit habitacional brasileiro. Ou seja, de um lado, está uma política que busca resultados qualitativos (o bem estar dos trabalhadores brasileiros), de outro, uma política que busca resultados quantitativos. Certamente são políticas distintas.

Ao se observar os objetivos do pacote habitacional parece que se tenta um híbrido dos dois tipos de políticas mencionadas. Mas isto é possível?

⁵ Uma importante crítica do pacote habitacional é feita por Rolnik e Kazuo, em “As armadilhas do pacote habitacional”. Disponível em: www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as- acessado em 06 de Abril de 2009.

Os principais objetivos do pacote são: implementar o Plano Nacional de Habitação, construindo um milhão de moradias, aumentar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria e gerar emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil. Objetiva-se gastar 34 milhões, dinheiro vindo do Orçamento Geral da União e FGTS.

O déficit brasileiro se encontra por volta de sete milhões e 200 mil moradias, de acordo com os dados do IBGE – PNAD, 2007. Sabe-se que a maior parte deste déficit está concentrado na população que recebe de 0 a 3 salários mínimos. Toda a bibliografia demonstra que esta população não consegue comprar suas casas sem a ajuda do governo, pois hoje a prestação da casa própria é incompatível com a renda dessas famílias.

O pacote habitacional se propõe justamente a dar este auxílio às famílias mais pobres. Representantes do governo argumentam que irão respeitar as faixas e regiões em que se concentram os déficits, ou seja, a distribuição dos recursos se dará de acordo com o déficit. Vejamos isso melhor.

A parcela populacional que recebe de 0 a 3 salários mínimos representa 90,9% do déficit habitacional total; as famílias que recebem de 3 a 6 salários mínimos representam 6,7% e, por fim, a população que recebe de 6 a 10 salários mínimos representa 2,4% do déficit total. No que se refere ao déficit por região temos: sudeste com 36,4%, nordeste com 34,3%, sul com 12%, norte com 10,3% e centro-oeste com 7% do total.

Busca-se com o programa reduzir em 14% o déficit habitacional do Brasil, construindo assim um total de um milhão de moradias. Se o pacote fosse respeitar, de fato, o déficit habitacional das famílias que estão na faixa de 0 a 3 salários mínimos, a quantidade de moradias a serem construídas para esta faixa deveria ser de 900 mil. No entanto, os dados apresentados foram outros: para as famílias de 0 a 3 salários mínimos serão construídas 400 mil moradias, para as famílias de 3 a 4 salários mínimos 200 mil moradias, de 4 a 5 salários mínimos 100 mil, de 5 a 6 salários mínimos 100 mil, e de 6 a 10 salários mínimos 200 mil

moradias. Percebe-se assim, logo de saída, que as políticas não estão tão direcionadas assim para a classe popular, para a parcela que mais precisa do investimento⁶.

No que se refere à distribuição por região, a proposta de distribuição inicial parece de fato estar colada às necessidades, no entanto, o governo federal ressalta: “distribuição preliminar sujeita a alterações em função da contribuição de Estados e municípios”. Lembrando aqui das diferentes forças políticas, coligações e interesses, podemos imaginar quantas modificações acontecerão no decorrer do tempo.

6. Considerações e indagações finais

A partir desta breve reflexão, as hipóteses com que vínhamos trabalhando parecem ser procedentes mesmo no contexto de crise. E ainda, como vimos, é possível aprofundá-las e melhor compreendê-las. A reação dos diferentes movimentos em relação às medidas propostas pelo governo de combate à crise parece demonstrar bem quais são as suas orientações políticas e ideológicas, com suas limitações e alcances.

Vimos também que ao mesmo tempo em que a crise traz uma certa potencialidade para a consolidação da organização da classe trabalhadora, mais especificamente, no nosso caso, dos trabalhadores sem-teto, é preciso cautela com análises mais apressadas e otimistas, no sentido do fim do capitalismo.

Se não há sinais de fim imediato do capitalismo, nos parece que também não há um fim do capitalismo neoliberal. Ainda que tenham sido necessários alguns ajustes para enfrentar os tempos de crise, a essência do neoliberalismo permanece.

⁶No trecho que citamos acima, retirado da página da internet da União dos Movimentos de Moradia, suas lideranças alertaram para o problema de se incluir neste programa famílias que recebem até 10 salários mínimos e a necessidade de focalizar a política para as famílias que possuem rendas mais baixas. No entanto, parece que tais lideranças não foram ouvidas, ou se foram, não foram atendidas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. “Cenários da crise. Trabalho”. In: *Jornal da UNICAMP*. Ano XXIII – nº424. Campinas, 30 a 5 de abril de 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. “Crise econômica: radiografia e soluções pra o Brasil”. Outubro de 2008. Disponível em: www.socialismo.org.br/portal/images/arquivo/crisereinaldo.pdf. Acessado em março de 2009.

HARVEY, David. “Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade”. Tenda da Reforma Urbana, Fórum Social 2009. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml>. Acessado em março de 2009.

KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LOPREATO, Francisco Luiz C. “Cenários da crise. Setor Público”. In: *Jornal da UNICAMP*. Ano XXIII – nº424. Campinas, 30 a 5 de abril de 2009.

NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____ “Marginalida y otras cuestiones”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.4. ELAS-ICIS. Santiago: 1972.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. "As armadilhas do pacote habitacional". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, março de 2009. Disponível em: www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68. Acessado em março de 2009.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, C. "Cenários da crise. A indústria e a inserção externa". In: *Jornal da UNICAMP*. Ano XXIII – nº424. Campinas, 30 a 5 de abril de 2009.

